

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

H629 História do marxismo no Brasil/organizadores:
Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho. -- Cam-
pinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

Conteúdo: v. 5. Partidos e organizações dos anos
20 aos 60.

1. Partidos políticos – Brasil. 2. Brasil – Política e
governo 1922-1970. I. Ridenti, Marcelo. II. Reis Fi-
lho, Daniel Aarão. III. Título.

ISBN: 85-268-0558-4

- Índices para catálogo sistemático:
- 1. Partidos políticos – Brasil 329.981
 - 2. Brasil – Política e governo 1922-1970 320.981

Copyright © by Editora da Unicamp, 2002.

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em
sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou
outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

UNIDADE - IFCH
N.º CHAMADA 320.53 20981
V. 5
TOMOS 04 26.4333
PROC. D EX
C 10
PREÇO
DATA
N.º CPD 5100.7.11014
Bib id 248434

Bib id 248434



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

C.F. 87324



EDITORA AFILIADA

2002
Editora da Unicamp
Caixa Postal 6074
Cidade Universitária – Barão Geraldo
CEP 13083-970 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3788-7728/7783/7786
vendas@editora.unicamp.br
www.editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Capítulo 1	
Os COMUNISTAS, A LUTA SOCIAL E O MARXISMO (1920-1940)	
<i>Marcelo Del Roio</i>	11
Capítulo 2	
ENTRE REFORMA E REVOLUÇÃO: A TRAJETÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA NO BRASIL ENTRE 1943 E 1964	
<i>Daniel Aarão Reis Filho</i>	69
Capítulo 3	
Os TROTSKISTAS BRASILEIROS E SUAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS (1930-1966)	
<i>Dainis Karepovs e José Castilho Marques Neto</i>	103
Capítulo 4	
O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO E O MARXISMO (1947-1965)	
<i>Margarida Luitza de Matos Vieira</i>	157
Capítulo 5	
EM BUSCA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA: A TRAJETÓRIA DA POLOP (1961-1967)	
<i>Marcelo Badaró Mattos</i>	185
Capítulo 6	
AÇÃO POPULAR: CRISTIANISMO E MARXISMO	
<i>Marcelo Ridenti</i>	213

- LOUREIRO, I. M. Vanguarda Socialista (1945-1948) — Um episódio de ecletismo na história do marxismo brasileiro. Dissertação de mestrado. USP, São Paulo, 1984.
- MANGABEIRA, F. *João Mangabeira: a República e o socialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MANGABEIRA, J. *João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- _____. *Idéias políticas de João Mangabeira*. Brasília: Senado Federal, 1987, 3 vols.
- MEZZAROLA, O. *O partido político em Marx e Engels*. Florianópolis: Palarello 27, CPGD, 1998.
- PANDOLFI, D. C. "As eleições em Pernambuco de 1950 a 1954", in A. Lavareda e C. Sá (orgs.), *Poder e voto (luta política em Pernambuco)*. Recife: Massangana, 1986.
- _____. A transição para a ordem democrática (1945-1946). Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS. Águas de S. Pedro, 1987.
- POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- RABELO, J. M. (dir.). *Binômio — Edição histórica*. Belo Horizonte: Arma-zém de Idéias, Barravento Grupo Editorial, 1997.
- SILVA, L. D. da. O Partido Socialista Brasileiro e sua atuação em Pernambuco (1945/1950). Dissertação de mestrado em ciência política. UFPe. Recife, 1986.
- SOARES, L. E. "Entrevista", *Proposta*, nº 79. Rio de Janeiro, dez.-fev., 1998-1999.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- _____. *Senhores e capadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VICTOR, M. *A batalha do petróleo*. Rio de Janeiro: Civilização, 1970.
- VIEIRA, M. L. de M. Semeando democracia: o projeto de cidadania do PSB (1945-1964). Tese de doutorado em história. UFF. Niterói, 1994.

Capítulo 5

EM BUSCA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA: A TRAJETÓRIA DA POLOP (1961-1967)

*Marcelo Badaró Mattos**

Em fevereiro de 1961, em um congresso realizado na cidade de Jundiá, interior de São Paulo, foi fundada a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP).¹ De sua fundação, participaram militantes de diversos grupos, que buscavam espaço entre a linha política dominante na esquerda — representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) — e as poucas alternativas ou dissidências, consideradas ora insuficientemente revolucionárias, ora abertamente stalinistas. Procuravam fundamentar suas teses em referências diversas, que iam de Rosa Luxemburgo a Trótski e Bukhárin, passando por influências menos conhecidas por aqui, como Brandler e Talheimer. Seus fundadores vinham da militância em grupos diversos, como a Juventude Socialista, da Guanabara, parte da Juventude Trabalhista, de Minas Gerais, membros da Liga Socialista e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Quando de sua criação, a POLOP, sigla pela qual ficaria conhecida a organização, reuniu jovens intelectuais dos meios universitário e jornalístico, como

* Professor adjunto-doutor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Theotônio dos Santos, Moniz Bandeira, Vânia Bamberira, Ruy Mauro Marini, Juarez Guimarães, Emir Sader, Eder Sader, Michael Löwy e Eric Sachs, mais conhecido pelo pseudônimo Ernesto Martins.²

O grupo articulou-se em torno de uma crítica ao diagnóstico do PCB sobre a realidade brasileira, centrado na perspectiva de limites estruturais — latifúndio e imperialismo — que obstaculizavam o desenvolvimento pleno do capitalismo no Brasil, e, conseqüentemente, à proposta de revolução por etapas — princiada pela revolução democrático-burguesa — defendida pelos comunistas. Em contraposição, afirmavam a caracterização já plenamente capitalista da realidade econômico-social brasileira e propunham, em decorrência, que o caráter da revolução no Brasil fosse necessariamente, e desde o seu início, socialista. A publicação *Política Operária* — a princípio em forma de jornal e, logo a seguir, como revista — difundiu essas propostas no debate da esquerda.

Além do congresso de fundação, no carnaval de 1961, a POLOP organizaria ainda dois outros congressos antes do golpe militar de 1964, em 1963 e 1964, e um último congresso, em 1967, quando se materializaria um racha na organização, com a saída de mais da metade de seus integrantes. Os que restaram na esvaziada organização uniram-se à Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, originária do PCB, da qual participavam Flávio Koutzi e Marco Aurélio Garcia, entre outros, formando o Partido Operário Comunista (POC). Em 1970, o POC sofreria uma divisão que daria origem a outra organização que ressuscitou a sigla POLOP — a Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO). Mas esta nova sigla já não poderia guardar senão alguns paralelos com a POLOP original, razão pela qual este artigo trabalha com a trajetória do agrupamento entre a fundação, em 1961, e o fracionamento, em 1967.

Um dos pólos do racha de 1967, formado basicamente por militantes de Minas Gerais — como Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito e Carlos Alberto de Freitas — aos quais se somaram ativistas da Guanabara e do Rio Grande do Sul, buscou o apoio de militantes oriundos do movimento de militares de baixa patente, fundando uma "Organização", assim conhecida até 1968, quando assumiu o nome de Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Processo semelhante ocorreu em São Paulo, onde militantes da POLOP se

aproximaram de militantes ligados à liderança do ex-sargento Onofre Pinto, fundando outra organização, conhecida pela sigla O., que, em fins de 1968, adotaria o nome de Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Abaladas por quedas de militantes para as forças da repressão, as duas organizações oriundas da POLOP reuniram-se, em julho de 1969, numa única entidade, a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

As avaliações sobre a trajetória da POLOP são variadas. Há, de um lado, as análises que ressaltam uma limitação da organização em sua capacidade de atuar e influenciar nos movimentos de massa. Nesta linha, Gorenst avalia que a POLOP "ficou restrita ao meio intelectual e à produção teórica, sem conseguir penetração nos movimentos de massa".³ Por outro lado, a literatura especializada reconhece também que a fundação da POLOP é um marco inicial na renovação das esquerdas nos anos 1960, constituindo-se a organização na origem de um dos cinco troncos principais destes novos agrupamentos, segundo o quadro montado por Araújo Reis Filho e Ferreira de Sá.⁴ Nesta análise, a importância da POLOP é destacada pelo papel desempenhado na "propaganda das idéias socialistas entre as várias tendências da esquerda brasileira, principalmente entre as Dissidências do PCB".⁵ importante da POLOP

Para, de forma sintética, resgatar as propostas e trajetória da POLOP, avançando no debate sobre o papel desempenhado pela organização, este artigo terá de investir, portanto, tanto na análise da composição social de sua militância e inserção nos movimentos sociais quanto na avaliação do conjunto de diagnósticos da realidade brasileira, propostas de intervenção e influências nos debates políticos e intelectuais.

1. Composição e inserção nos movimentos sociais

Os militantes

Com base nos dados levantados pelo Projeto Brasil Nunca Mais, a partir de processos na Justiça militar, Marcelo Ridenti cons-

em resumo por crítica PCB

truiu uma classificação ocupacional dos militantes das diversas organizações de esquerda, nos anos 1960 e 1970. Dos 80 processados por ligação com a POLOP presentes na lista, 2,5% eram artistas, 3,7% autônomos, 3,7% empregados, 1,3% empresários, 26,2% estudantes, 2,5% funcionários públicos, 20% militares de baixa patente, 1,3% oficiais militares, 13,8% professores, 15,5% profissionais liberais ou com formação superior, 2,5% técnicos médios, 3,7% trabalhadores manuais urbanos, 1,3% outros, além de cinco militantes cuja ocupação não consta.⁶

Comparando estes dados com as médias gerais das diversas organizações, é possível constatar que os percentuais de estudantes, professores e profissionais liberais que foram processados como militantes da POLOP são compatíveis com as médias gerais do conjunto das organizações (24,5% de estudantes, 8,6% de professores e 16,2% de profissionais liberais). Chamam a atenção, entretanto, a pequena proporção de trabalhadores manuais urbanos (3,7% na POLOP contra 13,5% no geral das organizações) e o alto grau de participação dos militares de baixa patente (20% na POLOP contra 3,2% na média geral).

As explicações para a expressiva presença estudantil nas organizações de esquerda dos anos 1960 são conhecidas. O crescimento do movimento estudantil na conjuntura de 1967-1968 e a repressão que se abateu sobre as universidades e as entidades estudantis contribuíram para que muitos fizessem o percurso das passatas à clandestinidade. As dificuldades de participação das organizações de esquerda no meio operário, dado o grau de controle exercido pelo Ministério do Trabalho e as políticas políticas, em especial após o golpe de 1964, também são conhecidas. A POLOP, porém, surgiu antes do golpe e do recrudescimento repressivo, em 1961, e, embora tenha pregado, ao longo de toda a sua curta trajetória, o papel central do proletariado no processo revolucionário, associado mesmo à insurreição operária, teve uma militância operária bastante reduzida. Quanto aos baixas-patentes das Forças Armadas, sua importância como foco de tensão na conjuntura imediatamente anterior ao golpe resultou numa grande preocupação repressiva por parte dos militares no poder, dispostos a reduzir a pó qualquer ameaça de "subversão" nos

parhycapaca social
na Polop

quartéis. Por formação, como decorrência da participação nas associações dos baixas-patentes antes do golpe, e por opções políticas, este grupo tendeu a se concentrar em algumas organizações. O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que atuou entre 1964 e 1967, por exemplo, tinha 64,7% de seus militantes processados oriundos dos setores de baixa patente das Forças Armadas. Os contatos entre a POLOP e este grupo vinham de antes do golpe e podem ser mapeados.

Entre operários, estudantes e soldados

Coerentemente com sua defesa do caráter socialista da revolução no Brasil, a POLOP, em várias de suas deliberações, definiu como sujeito político fundamental da revolução o operariado. A este deveriam somar-se outros segmentos sociais, numa Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.⁷ Já no primeiro número de seu jornal, Política Operária, a tese da Frente dos Trabalhadores era a chamada principal de seus artigos. Na declaração política do seu II Congresso, de 1963, como alternativa à proposta pecebista de aliança de classes, propunha-se "a formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, que congregue as classes exploradas de todo o país".⁷ Em seu IV Congresso, a organização manteve a proposta, aprovando uma definição da frente que incluía o campesinato e a pequena burguesia. Tal composição consubstanciava a polarização com a proposta de frente com a burguesia nacional, defendida pelo PCB. Era a seguinte a definição para a frente:

(Polop x PCB em torno do caráter de

Os principais aliados da classe operária brasileira se encontram entre os trabalhadores do campo. A grande massa da população rural se encontra em estado de proletarização: ou já são proletários rurais sem nada de seu além da força de trabalho, ou são meeiros, parceiros ou pequenos camponeses, cujas terras mal dão para o sustento da família e que, em geral, apenas completam os ganhos obtidos na condição de empregados nos latifúndios. A incapacidade do capitalismo brasileiro oferecer uma saída menos miserável para esses trabalhadores coloca a possibilidade objetiva da aliança dos trabalhadores rurais e urbanos.

Cabe à vanguarda operária oferecer a perspectiva concreta da derrubada do poder latifundiário, para conduzir o caudal da luta no campo para a corrente da revolução socialista.

Nas cidades o proletariado deverá atrair grandes parcelas da pequena burguesia para a revolução. Mas também aqui o que nos garantirá o aproveitamento dessas camadas médias será a clareza de nossos objetivos e métodos. A pequena burguesia enquanto classe permanecerá sempre hesitante entre os dois pólos da sociedade, essa não é uma atitude temporária, e um comportamento que tem suas raízes na própria situação da classe na estrutura da sociedade.⁸

Em uma apostila, produzida, na mesma conjuntura, como material para o curso básico de formação voltado para a militância da organização, era reafirmada a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, mantendo a centralidade operária na revolução, nos seguintes termos:

Significa isso que o proletariado fará a revolução sozinho? Evidentemente que não: ele fará em aliança com os trabalhadores do campo e com as camadas proletarizadas da pequena burguesia da cidade — a FRENTE DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO. Mas cabe ao proletariado construir e libertar essa aliança revolucionária de classe em todas as fases da luta contra a classe dominante (somente o proletariado pode travar uma luta anticapitalista consequente) e contra o imperialismo (somente o proletariado é consequentemente antiimperialista). Liderará igualmente o governo revolucionário que terá de formar para consolidar o processo revolucionário e para enfrentar a intervenção imperialista.⁹

Entre as deliberações dos congressos e orientações para os militantes — que pressupunham tal centralidade do operariado como sujeito da revolução — e a inserção concreta da POLOP no movimento operário, entretanto, havia uma grande distância, o que gerava certo desconforto na militância. Theotônio dos Santos, militante de primeira hora da POLOP, embora relativizando a idéia de um afastamento entre as teorias da POLOP e o movimento operário, explica as diferenças entre o que defendia a organização e a cultura sindical da época, tendo como exemplo a posição polopista sobre o imposto sindical.

Realmente não havia um ambiente no movimento operário para que as nossas teses pudessem ser expostas mais amplamente. Tínhamos algumas teses equivocadas. Defendíamos muito a autonomia sindical, e sempre o movimento sindical teve muito medo disso. Defendíamos os conselhos e os Comitês de fábrica, que hoje cada vez mais se desenvolvem, mas que também eram temidos pelos dirigentes sindicais da época. Defendíamos o fim progressivo do imposto sindical, o que gerava muita resistência. Essas três teses eram mal recebidas [...].¹⁰

Nas resoluções do seu II Congresso, de 1963, no entanto, a POLOP tratava de liberdade e autonomia sindicais, mas não se posicionava contra o imposto sindical, condenando apenas o fundo sindical (parcela do imposto que cabia ao Ministério do Trabalho) e as variadas formas de controle do Ministério sobre os sindicatos. Também se procurava garantir o pleno exercício do direito de greve, nos seguintes termos:

Autonomia e liberdade sindical

- a) dissolução do fundo sindical e da comissão de enquadramento, abolição dos direitos de intervenção, de reconhecimento e de dissolução dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, assim como do controle financeiro, que o Ministério exerce através do Banco do Brasil;
- b) direito de greve sem restrições [...].¹¹

Tais deliberações não abonam a interpretação de Theotônio dos Santos, pois são perfeitamente compatíveis com as deliberações dos encontros sindicais dos primeiros anos da década de 1960, nos quais as teses pecebistas eram largamente majoritárias.¹² Posições de defesa dos conselhos só seriam mais enfatizadas a partir do golpe de 1964.

Essas posições apontavam a importância dos comitês de empresa, em face da inoperância dos sindicatos, sob controle do Ministério do Trabalho. Embora a efetiva existência de organizações por local de trabalho, antes de 1964, fosse um fato, a percepção dominante, nas avaliações da própria esquerda, era de sua insuficiência.¹³ Na linha dessa percepção, a POLOP oscilou entre uma posição de trabalho exclusivo nas organizações de base, paralelas à estrutura sindical oficial, e a defesa de uma ênfase tática nos comitês de em-

Papel Supremo do operariado na Revolução

presas, sem abandonar a militância nos sindicatos oficiais. No "Programa socialista para o Brasil", o mais conhecido documento da organização, resultante do congresso de 1967, a posição de defesa dos comitês era exposta de forma mais radical:

As bases para a formação desse proletariado revolucionário devem ser os próprios locais de trabalho. O movimento sindical de cúpula serve nos desígnios do reformismo e da burguesia. Uma pequena fração burocratizada fala pela classe e amortece os conflitos de classe. Os pelegos falam pela classe enquanto ela não fala por si mesma, enquanto a voz dos operários nas fábricas não intervem na luta política. Organizar os operários em *Comitês de Empresa* é, assim, mobilizar a classe independentemente das instituições ministeriais [de] que a burguesia procura revesti-la e controlá-la. O nível de luta dos Comitês de Empresa refletirá naturalmente o nível atingido pela classe em cada local; mas não há dúvida de que a sua constituição contribuirá para fazer avançar essa mobilização. Livres e ligados diretamente à classe tais comitês são o instrumento básico para sustentarmos a luta econômica e política da classe operária. Também na organização sindical se fará sentir essa política de base; travaremos a luta sindical na perspectiva de libertação dos sindicatos do controle do Estado burguês.¹⁴

Já em publicação dirigida especificamente para o meio operário, a proposta aparecia de forma menos excludente e, em tom mais didático, não se descartava o sindicato oficial de imediato:

Alguns companheiros às vezes se colocam na alternativa: trabalhar nos sindicatos ou nas empresas? Pensamos que a questão não deve ser colocada assim — ou um ou outro.

A organização nas empresas é a condição indispensável para que o reergimento da classe possa se dar de fato, para que haja uma ampla base capaz de superar os conchavos de cúpula e criar uma liderança representativa e por isso nossa tarefa básica.

Os sindicatos não estão em condições de dirigir uma luta contra o governo e mesmo sua luta econômica está muito limitada. Mas se pressionado pelos trabalhadores conscientes, o sindicato pode ser usado como elemento de aglutinação e formação e experiência nas lutas imediatas. A condição para isso é que a vanguarda não se perca na rotina do sindicato mas sim seja capaz de usá-lo para levantar as bandeiras da liberdade sindical, para formar politicamente os operários.¹⁵

Vamos lá

A existência de um boletim voltado especificamente para o trabalho de base no meio sindical é demonstrativa do esforço em atuar na classe operária, de acordo com aqueles princípios de centralidade operária na revolução socialista que a POLOP defendeu ao longo de sua existência. Concretamente, porém, antes de 1964, o trabalho no meio operário restringia-se a algumas bases em Minas Gerais, outras em São Paulo, no ABC em especial, e aos contatos com as cúpulas dirigentes. No balanço de Moniz Bandeira, a organização contava com "alguns operários de plantão em Minas e São Paulo. Todo o nosso pensamento se desenvolvia fora da classe operária, que era trabalhista ou comunista".¹⁶

Em relação ao movimento estudantil, a inserção da organização foi mais orgânica. Conforme já comentado, muitos dos militantes foram recrutados no meio estudantil. A POLOP chegou a possuir um assento na diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a ser majoritária em alguns diretórios acadêmicos. Mas a UNE e o movimento universitário de uma forma geral eram, nos primeiros anos após o golpe (feitos do impacto inicial da repressão), áreas dominadas pela militância da Ação Popular (AP), e as ações no sentido de reunir as forças de oposição a este setor, embora tenham mobilizado esforços da POLOP, não chegaram a render frutos expressivos.¹⁷

De qualquer forma, em seus textos mais doutrinários, a POLOP tratava o movimento estudantil em termos de uma análise da dinâmica das classes sociais, ao discutir o papel da pequena burguesia no processo revolucionário. Na conjuntura e diante das especificidades latino-americanas, porém, cabia aos estudantes um papel importante na Frente dos Trabalhadores, como um foco de resistência ao regime. No "Programa socialista para o Brasil", o movimento estudantil é assim referido:

O movimento estudantil, que tem uma grande tradição de luta na América Latina, pode servir grandemente à revolução dos trabalhadores na medida em que faz de sua luta pela liberdade de organização uma luta intransigente contra o regime, sem conciliação e integrado na frente dos trabalhadores.¹⁸

Quanto ao trabalho com os militares de baixa patente, é preciso compreender as propostas da organização a partir de dois níveis. Um primeiro diz respeito à concepção de revolução da POLOP ser diretamente derivada do modelo insurrecional soviético, sendo, portanto, natural que a bandeira da unidade entre operários, camponeses e soldados fosse referência importante para as análises produzidas pelo agrupamento. Fundamental, porém, para a compreensão do peso da participação dos baixas-patentes na POLOP é a conjuntura imediatamente anterior ao golpe de 1964.

Condenando a postura do PCB em face da conjuntura do governo Goulart e reservando uma análise extremamente negativa deste governo, a POLOP acabava por caminhar para uma posição de isolamento no espectro das forças de esquerda dos primeiros anos da década de 1960. Tal isolamento só não era completo porque a organização encontrava um canal de articulação com o grupo ligado ao ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Para Theotônio dos Santos, a composição política da esquerda no período poderia ser dividida entre a "linha nacional-democrática e uma linha mais avançada, que o Brizola já expressava. Brizola estava mais inspirado na Revolução Cubana do que numa perspectiva nacional-democrática".¹⁹ Por essa razão, a POLOP teria participado da articulação dos chamados "grupos dos onze", propostos por Brizola como forma de organização que se prepararia para a resistência ao golpe militar que se avaliava como iminente.

Brizola era também a principal referência de esquerda, no cenário político brasileiro, para o grupo militante mais organizado dos militares de baixa patente, tendo sido até mesmo, tal qual a POLOP, um pólo aglutinador desse grupo na reorganização após o golpe. No imediato pós-golpe, a POLOP articulou cabos, marinheiros, soldados e sargentos, em torno da proposta da luta armada como forma imediata de resistência à ditadura que se implantava, no episódio que ficou conhecido como "guerrilha de Copacabana". Treinamentos militares apenas se iniciavam, por iniciativa de militantes polopistas e membros da recém-fechada Associação de Cabos e Marinheiros, quando o CENIMAR (órgão de inteligência da marinha) estourou uma série de aparelhos, constituídos pela POLOP em apar-

tamentos de Copacabana para abrigar os marujos a ela aliados, prendendo cerca de 40 pessoas e determinando o caminho do exílio para muitos dos que conseguiram escapar. Foi com Brizola que alguns destes militares foram se encontrar no exílio uruguaio. No Uruguai, também, articulou-se mais tarde a proposta de implantação de focos guerrilheiros, que teve início com o foco do Capará, do qual faziam parte muitos militares de baixa patente (reunidos no MNR), o grupo de Brizola e a POLOP, entre outras organizações.²⁰

Perspectivas doutrinárias e alianças conjunturais fizeram, então, com que a POLOP incorporasse em suas propostas a defesa das bandeiras dos movimentos de militares de baixa patente no pré-64 e continuasse a defender o seu papel estratégico na frente revolucionária após o golpe. Nada a se estranhar, portanto, no fato de muitos militantes da organização terem origem militar. Nas resoluções do congresso de 1963, a organização incorporava, sob o título "liberdades políticas", a bandeira de participação do movimento dos sargentos, defendendo: "reforma eleitoral, que inclua voto para anal-fabetos e praças de pré, e elegibilidade dos sargentos [...]".²¹

Em 1967, no "Programa socialista para o Brasil", a POLOP resgatava estas posições, explicitando a importância dos militares de baixa patente no momento anterior ao golpe:

Os soldados, cabos e marinheiros, originados das camadas pobres da população, podem ser ganhos para a Frente dos Trabalhadores. A ascensão política do povo brasileiro, nos anos anteriores ao golpe, mostrou como esses setores podem ser ganhos para a luta de classes, juntando-se aos operários e cindindo horizontalmente o aparelho de repressão das classes dominantes. Exatamente por trabalharem sob a disciplina dos guardiões armados do regime, a propaganda revolucionária entre soldados e marinheiros tem a grande importância de minuar as bases dos instrumentos materiais da opressão política.²²

Os limites da inserção da POLOP nos movimentos sociais foram reconhecidos pelos próprios militantes da organização. Entretanto sua influência no debate das esquerdas não foi limitada pelo grau de penetração nos movimentos de massa, o que se observa no campo das discussões político-programáticas, ou mesmo no debate

VISA do M&S
so cultura na POLOP

papel do Brizola e da
Rev. cubana

acadêmico, a partir de novos parâmetros para a análise da realidade de brasileira, desenvolvidos nos textos da organização.

2. A POLOP nos debates das esquerdas

Em sua análise das divergências e convergências dos projetos revolucionários das organizações da esquerda brasileira na década de 1960, Marcelo Ridenti destaca alguns pressupostos comuns aos muitos grupos atuantes naquela conjuntura — como a avaliação de que a economia capitalista brasileira encontrava-se em estado de estagnação, em decorrência da ação imperialista, e a defesa da necessidade da luta armada, em geral entendida como impulsionada pela guerrilha rural, além do fato de estes grupos possuírem grandes semelhanças quanto à composição e à forma de responder às pressões da conjuntura dos últimos anos da década. Porém, muitas vezes não foram as divergências no que diz respeito aos projetos de revolução defendidos pelas diferentes organizações. Ainda segundo Ridenti, tais divergências concentraram-se em torno de três questões centrais: “[...] uma referente ao caráter da revolução brasileira; outra, às formas de luta para chegar ao poder; uma terceira, ao tipo de organização necessária à revolução”.²³

Servindo de matriz para um questionamento às teses do PCB, no que diz respeito ao caráter da revolução no Brasil, oscilando entre a defesa da luta armada e as avaliações de conjuntura sobre qual o momento mais adequado para deflagrá-la e apresentando-se como organização que se propunha a cimentar o caminho para o surgimento do “verdadeiro” partido revolucionário, a POLOP representou um importante papel naquele debate.

O caráter socialista da revolução

Desde os seus primeiros pronunciamentos públicos, nas deliberações de seu congresso de fundação, divulgadas por meio do

jornal *Política Operária*, a POLOP fez questão de demarcar a diferença de fundo entre o projeto revolucionário que defendia e as teses do PCB. Tais diferenças partiam de uma divergência na análise da realidade brasileira. Se, para o PCB, o desenvolvimento pleno do capitalismo e de suas contradições era impedido no Brasil pela presença do latifúndio e pela pressão imperialista, o que justificava a necessidade da etapa democrático-burguesa da revolução, para a POLOP o Brasil era um país já plenamente capitalista, inserido na dinâmica da fase imperialista deste sistema, e, portanto, o ataque ao imperialismo só poderia ser consequente se empreendido numa perspectiva anticapitalista, o que conferia à tarefa revolucionária um caráter socialista, desde a primeira hora. Logo no segundo número de *Política Operária*, aparece um artigo triplicando a outro, publicado no periódico comunista *Novos Rumos*, com o objetivo de contestar a proposta da Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, presente já no primeiro número de *Política Operária*. Chama a atenção o fato de o PCB ter respondido de imediato às propostas polonistas, em seu principal veículo de imprensa. Na resposta publicada em *Política Operária*, o caráter socialista da revolução necessária para a superação do imperialismo é explicitado:

Em primeiro lugar, cabe-nos constatar que, nas condições do Brasil de hoje, é artificial a alternativa entre luta socialista ou anti-imperialista. [...] Toda luta anti-imperialista, levada às últimas consequências, isto é, que leve à derrota do imperialismo, terá de se transformar em luta pelo socialismo.²⁴

Tal posição significava criticar, nas formulações pecebistas, não apenas as propostas sobre o caráter da revolução, mas a política de aliança de classes a ela subjacente. Como foi visto anteriormente, a POLOP defendia a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, como alternativa à aliança pregada pelo PCB, do proletariado com a burguesia nacional, na defesa de supostos interesses nacionais comuns. Por isso mesmo, a POLOP entendia que a defesa do caráter socialista da revolução ocupava, também, a importante função, naquela conjuntura do início dos anos 60, de conscientizar as massas, desatrelando-as das lideranças demagógicas que então predominava-

vam no cenário político. Este raciocínio era parte da crítica às práticas do PCB, contida no artigo citado:

Embora não estejamos em situação de colocar a questão da tomada do poder, o socialismo, como solução histórica para os problemas do país, está na ordem do dia. O objetivo da luta pelo socialismo, no Brasil, faz parte da educação das massas proletárias e cria sua consciência de classe; e esse objetivo da luta lhes dá a noção de que, dentro dos quadros da atual sociedade burguesa, os seus problemas não encontram solução definitiva; é essa consciência que as ensina a distinguir entre uma política operária e uma política burguesa, e impede que sigam demagogos oportunistas, como Jango ou Jânio.²⁵

Em 1962, a tomada do poder era afirmada como um objetivo distante. Em 1967, no contexto da luta contra a ditadura e, diante da radicalização dos agrupamentos de esquerda, tal afirmativa poderia soar como imperdoável posição recuada. Os debates sobre a oportunidade ou não da ação armada para a tomada do poder naquela conjuntura foram, aliás, decisivos para os rachas da POLOP em seu IV Congresso. Mas, apesar destas inflexões na caracterização da oportunidade revolucionária, a defesa do caráter necessariamente socialista da revolução mantinha-se nos mesmos tons na “Declaração política” do congresso de 1967:

O que nos diferencia é que atacamos no imperialismo a manifestação mais exacerbada da exploração capitalista e não os grupos estrangeiros contra a “nação brasileira” e os exploradores nacionais, desenvolver a agitação anti-imperialista na perspectiva anticapitalista significa mostrar o socialismo como alternativa ao domínio dos grandes monopólios e não a exploração dos de casa contra os de fora.²⁶

A natureza da organização necessária à revolução

Originada de uma perspectiva crítica em relação ao PCB e orientada pela perspectiva insurrecional clássica da revolução socialista, a POLOP defendeu, desde as suas primeiras manifestações, a neces-

sidade da formação do partido revolucionário. Tal partido seria o instrumento de efetivação da política verdadeiramente operária, mas só poderia surgir da dinâmica concreta das lutas anticapitalistas movidas pelo proletariado. A proposta da frente dos trabalhadores seria um caminho para unificar as esquerdas críticas em relação ao norte de colaboração de classes do PCB, em direção à construção da organização verdadeiramente revolucionária. Era nestes termos que se expressava a questão, na declaração “Diretrizes para uma política operária”, divulgada após o II Congresso da POLOP, em 1963:

Uma política operária para o Brasil [...] impõe, para seu exercício, um partido revolucionário capaz de efetivá-la. Esse partido não surgirá de vez, mas se formará organicamente, a partir da luta diária das massas [...]. Unificando suas forças, os grupos de esquerda terão melhores condições para participar da luta de classe — e é no bojo desse processo que se há de formar o partido.²⁷

Em essência, esta posição seria mantida nos anos seguintes. Porém, nos anos que se seguiram ao golpe, começaria a se explicitar a contradição entre a defesa do partido como condição necessária à política operária revolucionária e a avaliação de que as condições favoráveis para a revolução já estavam colocadas. Assim, era necessário afirmar que a luta de classes já estava tornando maduras as condições para o surgimento do partido revolucionário, de forma a aproximar no tempo as tarefas do momento — revolucionárias — e o surgimento do partido que deveria conduzir a revolução. Tal é o equilíbrio tentado em texto dirigido à formação dos militantes da POLOP, que mantém a premissa de que “a classe operária não se torna realmente independente sem formar a sua vanguarda, o seu partido político, marxista-leninista, isto é, um partido armado de uma teoria revolucionária de luta”.²⁸ Localizando historicamente o surgimento da POLOP como uma resposta à inexistência de uma perspectiva autônoma de classe na atuação do PCB, a apostila para os militantes situa a tarefa da formação do partido em dois momentos — na origem da organização, quando a questão é colocada, e no momento vivido (o texto não é datado, mas pode presumir-se que sua produção seja contemporânea ao IV Congresso, de 1967, pe-

las posições ali expressas), quando a conjuntura é avaliada como favorável e os frutos iniciais da pregação socialista já poderiam ser colhidos:

Foi justamente em oposição a essa política reformista e colaboracionista que surgimos como organização política. Desde o início era claro para nós que a tarefa fundamental era a formação de um partido revolucionário da classe operária, um partido marxista-leninista que mobilizasse o potencial revolucionário do proletariado brasileiro. Era claro para nós também que semelhante partido não se criava artificialmente, nem de vez. So poderia surgir como fruto da luta e durante a luta e que na medida em que surgia, tinha de transformar qualitativamente o proletariado. Essa luta já deu frutos e prossigue hoje em condições muito favoráveis. O partido revolucionário da classe operária continua sendo um dos objetivos fundamentais dos marxistas-leninistas do Brasil.²⁹

(*partido do*)
No "Programa socialista para o Brasil", tal trajetória de defesa da necessidade do partido revolucionário se resolveria de forma bastante prosaica. Mantinha-se a preliminar de que a constituição do partido revolucionário, que liderasse com organização e independência a classe operária, era "a grande tarefa da vanguarda revolucionária do país, a premissa da revolução socialista".³⁰ Porém a contradição entre a necessidade do partido para conduzir a revolução e a urgência desta se resolvia, na medida em que o documento predefinía a linha do futuro partido como sendo a linha da própria POLOP:

A formação de um partido revolucionário que lidere a classe operária será resultado do enraizamento do programa e das concepções de luta defendidas atualmente pela Política Operária nos setores mais combativos do proletariado brasileiro. Simultaneamente será fruto do amadurecimento do conflito latente entre as bases e as lideranças nas organizações reformistas tradicionais e nas correntes centristas que se formaram nas lutas internas verificadas na esquerda. A Política Operária acelerará essa formação, na medida em que elabora e se empenha pelo programa proletário da revolução socialista, na medida em que propaga na luta diária o caminho revolucionário dos trabalhadores, na medida em que dirige seus esforços para a organização do proletariado como classe independente, na medida em que indica o combate revolucionário ao poder burguês.³¹

Poderiam estar, assim, tranqüilos os militantes polopistas, pois, se para que a revolução se efetivasse seria necessário o surgimento de um partido revolucionário e como a POLOP já possuía o programa e as práticas corretas que seriam assumidos por tal partido, bastava tomar a luta que, quando o partido surgisse, naturalmente como fruto dessas lutas, a marcha da revolução já estaria no rumo certo.

Insurreição e luta armada

A POLOP foi das primeiras organizações a sistematicamente divulgar e valorizar os feitos da Revolução Cubana. Nos seus primeiros tempos, as referências elogiosas a Cuba serviam de mote para o questionamento da necessidade do Partido Comunista, de linha soviética, para a revolução. Cuba mostrara que este já não era necessariamente o partido revolucionário. A revolução em Cuba servia também como exemplo para um continente submetido ao imperialismo a partir do mesmo pólo norte-americano, prefigurando a possibilidade da "revolução continental". Mas esta defesa de Cuba não significou, nos primeiros momentos da POLOP, uma adesão ao modelo da guerra de guerrilhas. No segundo número do jornal *Política Operária*, uma foto de Fidel ilustra a primeira página, e há matérias avaliando positivamente o processo revolucionário cubano. Porém faz-se questão de afirmar que o caminho para a revolução no Brasil não passava pela guerra de guerrilhas, mas pela insurreição operária nos grandes centros fabris.³²

Tal posição levava à defesa de um programa para a Frente da Esquerda Revolucionária, defendida pela POLOP, que despertasse as massas proletárias para a necessidade da luta política. Por isso, embora extremamente crítica em relação aos limites das reformas de base, a organização propôs, em seu II Congresso, de 1963, uma plataforma para a frente, composta basicamente por propostas de reformas, como combate aos especuladores; controle dos lucros; organização dos camponeses; reforma do ensino; luta antiimperialista; política de alianças com a esquerda revolucionária da América La-

Rev.
✓ POLOP e Cubana

tina; reforma urbana; escala móvel de salários; autonomia e liberdade sindical e reivindicações camponesas de expropriação dos latifundiários.³³

Com o passar do tempo, entretanto, tornou-se necessário adequar o tom das críticas à esquerda, dirigidas ao PCB, a uma posição mais radical de enfrentamento da ordem, em especial após a insurreição da ditadura. Tal só poderia se dar pela defesa da imediata tomada de armas, para o enfrentamento do regime. A defesa da luta armada não representaria, entretanto, uma negação do papel fundamental da insurreição operária surgida da luta política. Na já citada apostila de formação de militantes, a posição da POLOP é definida em contraste tanto com os grupos que negavam a necessidade da luta armada, como o PCB, quanto com aqueles que a defendiam de forma desvinculada da luta de massas, como já parecia ser o caso de alguns mas dissidências do PCB, tal qual aquela que daria origem à Ação Libertadora Nacional (ALN), de Marighella:

Tanto uns como outros abandonaram a concepção marxista-leninista de luta armada como a forma mais aguda da luta de classes, os adeptos da luta armada desligada de uma política de massas, criaram um revisionismo de "esquerda" que procura substituir a luta de classes pela ação armada. Sua negação da luta política do proletariado vai tão longe que negam a necessidade da existência de um partido revolucionário da classe operária e pregam o liquidacionismo de toda uma herança comunista.³⁴

Esta tomada de posições estava na base de uma mudança na avaliação da pertinência do exemplo cubano. Foco guerrilheiro e insurreição passavam agora a ser vistos como elementos complementares — o foco servindo ao desencadeamento da guerrilha — de uma estratégia revolucionária continental:

A experiência das lutas de classes na América Latina, isto é, em países com condições semelhantes ao Brasil, mostra todavia, que a insurreição não é a única forma de luta armada. A revolução cubana mostrou que o foco guerrilheiro pode criar condições para o desencadeamento da insurreição vitoriosa, isto é, para a própria revolução.

Significa isso que o foco pode criar essas condições sempre e em todas as circunstâncias? Não. O foco, para desempenhar esse papel, tem de agir como catalisador de um processo revolucionário latente — nas palavras de Che Guevara — como "pequeno motor que põe em funcionamento o grande motor". Isto quer dizer que o foco de guerrilha preenche seu papel quando acelera o surgimento de uma situação revolucionária.³⁵

Esta nova avaliação tomará forma acabada no "Programa socialista para o Brasil", em que se mantém a premissa de que a insurreição operária seria o momento decisivo da tomada do poder, mas a guerrilha era defendida, pelo exemplo continental, por seu caráter de movimento localizado catalisador de uma luta em escala nacional, por permitir a manutenção da luta prolongada, mesmo nas fases de refluxo dos movimentos de massa, e, finalmente, por mirar as forças políticas, econômicas e militares da ditadura. Na tentativa de conciliar suas posições clássicas em defesa da insurreição operária como forma da revolução com a crescente influência do modelo do foco guerrilheiro, nas esquerdas em geral e no interior mesmo da organização, a POLOP propunha no programa um papel tático à guerrilha, de preparação do terreno para o levante do proletariado nos grandes centros fabris:

A guerrilha preenche este papel quando desencadeada em uma fase e em condições em que a sua ação acelera o surgimento de uma situação revolucionária, isto é, uma situação em que a luta de classes atinge o auge, colocando na ordem do dia a tomada do poder pelas classes oprimidas. [...] Realizando, desde o início, em miniatura, a frente dos trabalhadores da cidade e do campo, a guerrilha potencializará a voz da vanguarda clandestina em todo o país, preparando o reagrupamento das forças das classes revolucionárias para a luta final.³⁶

A tentativa de conciliar as posições tradicionais da organização com a pressão, de parte significativa de suas bases, pelo desencadeamento imediato de ações armadas não teria sucesso. Afinal, como até as forças da repressão identificavam, residiu neste ponto o motivo central do fracasso da POLOP, em 1967. Na ficha de um militante da organização, arquivada pelo Dops, encontra-se a seguinte observação sobre o congresso de 1967:

Em 1967, compareceu como delegada de Minas Gerais ao Congresso da POLOP realizado em São Paulo, do qual resultou o "RACHA" da organização em quatro grupos. A posição de Minas Gerais foi defender a luta armada, as ações imediatas e a luta de guerrilha a curto prazo. A cisão ensejou uma nova organização voltada para estes objetivos [...].³⁷

Se as posições sobre a necessidade e a urgência da luta armada, já francamente assumidas por grupos surgidos no período posterior ao golpe de 1964, acabaram por dividir a POLOP, a defesa que a organização fizera do caráter socialista da revolução foi fundamental para a identidade política nova que alguns desses mesmos grupos procuravam assumir. Nesta e em algumas outras influências mais duradouras, devemos buscar os elementos para uma avaliação mais detida da importância da trajetória da POLOP, após os seus cerca de seis anos de existência.

3. A POLOP em breve balanço

Com o desfecho do governo Goulart e o golpe militar, em 1964, as teses da POLOP pareciam ganhar a confirmação dos fatos. Afinal, na esteira das críticas à proposta de revolução democrático-burguesa do PCB e aos seus corolários da aliança do proletariado com a burguesia nacional, que parecia materializar-se na política das reformas de base, a organização havia insistido em opor-se ao governo Goulart, visto como um governo que procurava representar os interesses burgueses e as reformas de base, lidas pela POLOP como uma tentativa de mistificação do operariado.

No congresso de 1963, a POLOP apresentava o plebiscito que resultou na volta do regime presidencialista como tendo resultado no fortalecimento de uma proposta de resolução da crise econômica centrada na superexploração dos trabalhadores:

A atuação do governo que resultou do plebiscito está, porém, mostrando de uma vez mais às classes trabalhadoras que nada têm a esperar deste regime latifundiário-burguês. O plano de estabilização financeira, com

que se pretende reduzir o ritmo da inflação, é uma nova carga para o povo e corresponde, na realidade, a mais um expediente de que lançam mão as classes dominantes para desvalorizar o já minguado salário dos trabalhadores. Essa desvalorização, que se obteve ontem pela inflação, passa, agora, a se realizar mediante a contenção das reivindicações salariais, o encarecimento dos serviços públicos, o agravamento da carga representada pelos impostos. No final das contas, a burguesia espera arrastar aos trabalhadores a sempre polpuda mais-valia, que vai encher o bolso dos seus magnatas, dos latifundiários parasitas e dos trustes imperialistas enquistados na soberania nacional.³⁸

Quanto às reformas de base, seu caráter de mistificação era apresentado no mesmo documento, numa tentativa de denunciar tanto o sentido burguês das propostas de Goulart quanto o erro dos comunistas em sua tática reformista, que acabava por atrair a classe operária a estes projetos e a políticos demagógicos, desviando-se da tarefa revolucionária de conscientizar o proletariado para a revolução.

Para mistificar a massa quanto ao verdadeiro conteúdo de sua política anti-popular e anti-nacional, o governo do Sr. João Goulart promete a realização de profundas reformas na estrutura econômica e social do país. Dá, assim, novos argumentos à camarilha de falsos nacionalistas que o cerca, e conquista o apoio das correntes reformistas da esquerda que em clara demonstração de oportunismo se unem em coro aos "reformadores" burgueses e se associam à sua campanha de mistificação das massas. Colocam-se, pois, esses reformistas, a serviço de um governo cuja atuação diária é uma traição contínua aos interesses dos trabalhadores, e contribuem para dificultar o avanço da consciência de classe do proletariado e de sua constituição em força revolucionária — condição indispensável para que se transforme realmente a estrutura econômica e social do país.³⁹

No interior desta análise sobre o caráter burguês do governo Goulart e o erro da estratégia da revolução por etapas e da aliança de classes dela decorrente, a POLOP foi das organizações que mais claramente avaliaram a iminência de um golpe de Estado, na conjuntura dos meses finais do governo Goulart. Para a POLOP, a tentativa de Goulart de, conciliando-se com os setores reformistas, contornar a crise econômica não encontrava eco no conjunto da burguesia na-

cional e dos setores monopolistas estrangeiros aos quais se associara. Por isso, a instalação da ditadura seria uma necessidade da burguesia, que o proletariado só poderia enfrentar adequadamente por meio de uma frente dos trabalhadores, cujo programa classista refutasse em definitivo a estratégia da aliança de classes. No editorial da revista *Política Operária* nº 7, datada de outubro de 1963, comentam-se a tentativa de Jango de decretar o “estado de sítio” e a recusa da classe dominante em apoiá-lo, nos seguintes termos:

Já apontamos em várias análises, e mesmo neste número da revista [...] ser um governo de “autoidade” e anti-popular uma necessidade objetiva da burguesia brasileira no presente momento. A raiz desta necessidade está na própria crise econômica que seu regime gerou e hoje se alastra.

Não aceitando o “Estado de sítio” que Jango propôs a 4 de outubro, a burguesia não quis com isso se descartar de um governo forte, apenas o homem indicado não lhe parece ser ele, que continua querendo especular com o movimento de massa.

A crise política que já se configura mostra, pois, a impossibilidade de um governo de conciliação de classes, de um governo que una os interesses da burguesia e do proletariado.⁴¹

O diagnóstico da inevitabilidade do golpe decorria da necessidade da burguesia de superar a crise econômica por meio de um governo de força que pudesse ampliar ainda mais a exploração da classe operária. Ele foi formulado pela POLOP ainda antes de 1964. Tal perspectiva foi influente não apenas no debate político das esquadras, mas também nas análises acadêmicas que, a partir de então, passaram a ser formuladas para explicar aquela conjuntura.

No “Programa socialista para o Brasil”, encontram-se diversos elementos de análise que se repetirão em textos produzidos por mais de uma década de análises preocupadas com as explicações do porquê da ditadura militar. Entre esses elementos, destaca-se a idéia da inexistência de contradições fundamentais entre a burguesia brasileira, de um lado, e o latifúndio e o imperialismo, de outro, como defendiam as análises coladas nas propostas do PCB. Assim, naquele documento, caracteriza-se que “o capitalismo industrial no Brasil

surgiu vinculado à acumulação feita no latifúndio exportador e nunca se desprendeu disso completamente”.⁴¹ Da mesma forma, afirmava-se que

Nossa burguesia surgiu tarde no cenário internacional, quando as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação dos mercados mundiais. Para acompanhar o crescimento dos países mais capitalizados, para auferir lucros no mesmo nível, nossa burguesia não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas.⁴²

Daí que termos que ali apareciam de forma difusa ganhassem contornos conceituais em análises posteriores, como era o caso da idéia de um desenvolvimento “tardio” do sistema capitalista no Brasil, ou da avaliação de que as altas taxas de exploração da força de trabalho no campo serviram de fonte de acumulação para o capitalismo industrial, que, por outro lado, passava a se ver limitado pelas dimensões diminutas do mercado interno e as baixas taxas de produtividade agrícola.

As bases teóricas das propostas interpretativas dos economistas ligados à POLOP vieram da teoria do imperialismo de Lênin, mais especificamente da afirmação, por parte dela, de que havia uma dimensão crescentemente contraditória na “tendência integracionista” da expansão capitalista em sua fase monopolista. Este ponto teria sido desenvolvido pela teoria da “cooperação antagonista” de Ernest Talheimer (1920), segundo a qual o próprio processo de cooperação e interação desenvolveria suas contradições internas, uma vez que os países que haviam sido alvo das primeiras exportações de capital começariam a também se tornar centros exportadores de capital. As tensões daí decorrentes não chegariam, no entanto, a um caráter de hostilidade aberta, sendo travadas no nível de uma “cooperação antagonista”. As brechas abertas por este processo favoreceriam os movimentos revolucionários nos países subdesenvolvidos.⁴³

Tomadas em conjunto, tais propostas interpretativas constituem o corpo central do que se convencionou chamar de “teoria da dependência”. Preliminarmente, é necessário estabelecer uma dife-

rença. Tal expressão foi usada, segundo Ridenti, para definir a posição dos autores que “não viam alternativas de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo, sistema que nos países ‘dependentes’ só poderia ser mantido pela força bruta de ditaduras”, como os polopistas Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini, influenciados por Gunder Frank. Mas também se entendeu como “teoria da dependência” a posição de autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, seguidos mais tarde por Francisco de Oliveira, Paul Singer e outros, numa avaliação que “negava as teses da estagnação, argumentando com a possibilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina, embora dependente e associado ao capital internacional”.⁴⁴

Nas suas múltiplas interpretações, a idéia de um desenvolvimento capitalista dependente — em que latifúndio e indústria surgiam imbricados e a burguesia havia optado pela associação com os monopólios imperialistas — embalou as críticas ao reformismo pecebista e às teses dualistas sobre o subdesenvolvimento brasileiro, nos textos programáticos de muitos dos agrupamentos de esquerda surgidos entre fins dos anos 60 e inícios da década de 70, bem como nas diversas análises acadêmicas sobre o tema do “populismo” no Brasil, o golpe de 1964 e as políticas econômicas anteriores e posteriores à instalação da ditadura.

Assim, se a POLOP não resistiu, como organização, aos debates radicalizados da agitada conjuntura posterior ao golpe de 1964, muitos dos elementos centrais de suas análises e propostas persistiram, influenciando os debates posteriores.

NOTAS

- ¹ Neste artigo contei com a colaboração de Júlia Monnerat Barbosa para a coleta de dados nas fontes primárias, localizadas basicamente na Coleção Daniel Aarão Reis Filho (DARF), armazenada pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). No APERJ, contei ainda com o auxílio inestimável de Ester Kuperman.
- ² Informações gerais sobre a POLOP podem ser encontradas em diversas obras. Trabalhamos aqui com os dados e análises de Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira Sá (orgs.), *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 12; Jacob Gorender, *O combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987, pp. 35-37; e Denis de Moraes, *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 68.
- ³ Gorender, op. cit., p. 36.
- ⁴ Reis Filho e Sá, op. cit., pp. 12-13.
- ⁵ Idem, op. cit., p. 89.
- ⁶ Marcelo Ridenti, *O fantasma da revolução no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 69. Utilizamos os termos da classificação montada pelo autor.
- ⁷ “Diretrizes para uma política operária”, *Política Operária*, nº 6. Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 20, doc. 4, s.d.
- ⁸ “Resolução do IV Congresso da ORM—Po”. Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 18, doc. 9, 1967.
- ⁹ “Formação básica, nº 2, aula X”. Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 19, doc. 3, s.d.
- ¹⁰ Entrevista de Theotônio dos Santos, in Denis de Moraes, op. cit., p. 342.
- ¹¹ *Política Operária*, nº 6, op. cit.
- ¹² Ver, a esse respeito, Marcelo Badaró Mattos, *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- ¹³ Idem, op. cit., em especial cap. 3.
- ¹⁴ POLOP, “Programa socialista para o Brasil”, 1967 (doravante FSPM), apud Reis Filho e Sá, op. cit., pp. 108-19.
- ¹⁵ “Comitê de empresa”, *Boletim de Luta dos Trabalhadores*, nº 4. Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 20, doc. 20, fev., 1967.

¹⁶ Moniz Bandeira, depoimento, apud Moraes, op. cit., p. 70.
¹⁷ Ver, a esse respeito, ibidem e Ridenti, op. cit., p. 135.
¹⁸ "PSPB", in Reis Filho e Sá, op. cit., p. 109.
¹⁹ Theotônio dos Santos, entrevista, in Moraes, op. cit., p. 344.
²⁰ Sobre esses episódios de envolvimento guerrilheiro da POLOP, consultar Avelino Bیدن Capitani, *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
²¹ *Política Operária*, nº 6, op. cit.
²² "PSPB", in Reis Filho e Sá, op. cit., p. 109.
²³ Ridenti, op. cit., p. 30.
²⁴ "Frente única — Frente de classe", *Política Operária*, nº 2. Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 20, doc. 1, abr., 1962.
²⁵ Op. cit.
²⁶ "Declaração política do IV Congresso da OUM-PO", op. cit.
²⁷ *Política Operária*, nº 6, op. cit.
²⁸ "Formação básica...", op. cit.
²⁹ Op. cit.
³⁰ "PSPB", in Reis Filho e Sá, op. cit., p. 112.
³¹ Idem, op. cit., p. 113.
³² *Política Operária*, nº 2, op. cit.
³³ *Política Operária*, nº 6, op. cit.
³⁴ "Formação básica...", op. cit.
³⁵ Op. cit.
³⁶ "PSPB", in Reis Filho e Sá, op. cit., pp. 115-16.
³⁷ APERJ, DOPS, pasta 157, doc. 19.
³⁸ *Política Operária*, nº 6, op. cit.
³⁹ Op. cit.
⁴⁰ *Política Operária*, nº 7. Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 20, doc. 6, out., 1963.
⁴¹ "PSPB", in Reis Filho e Sá, op. cit., pp. 98 e 99.
⁴² Idem, op. cit., p. 100.
⁴³ Esta é a análise desenvolvida em um conjunto de textos, produzidos entre 1964 e 1966, por Rui Mauro Marini e publicados na forma de um livreto, sob o título *Perspectivas da situação político-econômica brasileira*. Rio de Janeiro, APERJ, Coleção DARF, dossiê 18, doc. 1, pp. 9-11.
⁴⁴ Ridenti, op. cit., p. 33. Para uma análise crítica da teoria da dependência, ver o verbete "Teoria da dependência", in Tom Bottomore (org.), *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, pp. 373-74.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOTTOMORE, T. (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CAPITANI, A. B. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

FREDERICO, C. (org.). *A esquerda e o movimento operário*. São Paulo: Novos Rumos; Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1987-1990, 3 vols.

GORENDER, J. *O combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

LEAL, L. P. *Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. Dissertação de mestrado. UFF, Niterói, 1992.

MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MORAES, D. de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

REIS FILHO, D. A. *A revolução falhou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. (orgs.). *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

SEGATTO, J. A. *Reforma ou revolução: as vicissitudes políticas do PCB. 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Capítulo 6

AÇÃO POPULAR: CRISTIANISMO E MARXISMO

Marcelo Ridenti*

Este capítulo da *História do marxismo no Brasil* aborda a trajetória da Ação Popular (AP), de suas raízes no cristianismo, particularmente na Juventude Universitária Católica, no final dos anos 50 e início dos 60, passando pela influência da Revolução Cubana, até a adesão ao marxismo-leninismo em 1968, a integração da maioria da organização ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1973, e a dissolução do que restara da AP no início da década de 1980.

O interesse pela AP, nos vários momentos de sua história, não se restringe à sua importância nos movimentos sociais e políticos brasileiros, especialmente no meio estudantil. A saga romântica¹ da AP importa também porque, naquele período, em alguns países da América Latina, ocorreu a passagem de grupos políticos cristãos ao marxismo. Desse modo, estudar a evolução ideológica da AP pode, eventualmente, trazer luz ao conhecimento de uma parcela da esquerda latino-americana. A passagem do cristianismo ao marxismo-leninismo — por intermédio da versão do maoísmo difundida após a chamada *revolução cultural* chinesa de 1966 — ocorreu, por exemplo, no Peru² “com o grupo *Crítica Marxista*, no Chile com o Movimento

* Marcelo Ridenti é professor livre-docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.